

DO AÇÚCAR AO PETRÓLEO: LOCALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SUAPE E O SEU ENTORNO

Área Temática 1 – Economia Pernambucana

Danilo Raimundo de Arruda
REDESIST/IE/UFRJ

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (2010). Graduado em Economia pela Universidade Federal de Campina Grande (2008). É pesquisador da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais RedeSist. Participa do projeto de implantação do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI (parceria UFRJ e Unicamp).

Endereço: Rua Aurélio Trovão Leal, 39 – Correia Lima II – Queimadas/PB – CEP.: 58.475-000.

E-mail: daniloarruda@redesist.ie.ufrj.br – Fone: (83) 99289101/996414020

DO AÇÚCAR AO PETRÓLEO: LOCALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SUAPE-PE E O SEU ENTORNO

Resumo

Objetivo deste trabalho é apresentar a trajetória e evolução do Território de Suape e seu entorno. Este território está localizado no litoral sul de Pernambuco/Nordeste/Brasil. Utiliza-se da pesquisa documental e bibliográfica, além de fazer uso de entrevista com atores locais. Emprega-se o referencial de ciclos econômicos, ondas longas de mudança tecnológica, introduzida originalmente por Kondratiev (1926) e discutida por Schumpeter e os neo-schumpeterianos para correlacionar os principais fatos e acontecimentos no território e sua relação com a dinâmica das revoluções tecnológicas mundiais. O território é marcado pela transição de uma economia de base primária e que tem sua trajetória econômica marcada pela plantação da cana de açúcar e produção de sacarose, sendo, nos anos recentes, conformado por uma indústria que requer elevadas capacitações produtivas e tecnológicas. Os desafios são enormes e requer uma articulação institucional para levar adiante tais empreendimentos. As oportunidades estão relacionadas ao desenvolvimento de capacitações locais para os ramos de petróleo e a ligação sistêmica dos investimentos de Suape com os demais empreendimentos no Brasil e com a base de científica e tecnológica do território e nacional.

Palavras-Chave: Pernambuco-Nordeste. Suape. Trajetória Histórica. Políticas.

Abstract

This paper is to present the trajectory and evolution of Territory of Suape in Pernambuco state and its surroundings. This territory is located on the southern coast of Pernambuco/ Northeast / Brazil. This article used a documentary and literature research, and make use of interviews with local actors. It is used the reference to economic cycles, large waves of technological change, originally introduced by Kondratiev (1926) and discussed by Schumpeter and the neo-Schumpeterian to correlate the main facts and events in the territory and its relation to the dynamics of global technological revolutions. The territory marked by the transition from a primary base of the economy and have your economic trajectory marked by the planting of sugar cane and production of saccharose in recent years that region requires high production and technological capabilities. The challenges are high and requires institutional coordination to carry out such projects. The opportunities related to development of local capacities for oil branches and systemic connection of Suape-PE investment with other projects in Brazil and the scientific and technological base of the territory and national.

Key-words: Pernambuco-Northeast. Suape. Historical Trajectory. Politics.

Códigos JEL: N9, O18, R58.

1. Introdução

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a trajetória do que hoje se entende por território de Suape/Pernambuco/Nordeste e do seu entorno. Para isso, utiliza-se da literatura que discute a formação socioeconômica do Nordeste e de Pernambuco, e que destaca os principais fatos e acontecimentos nesse território. Seguindo a discussão apontada por Guimarães Neto (1997), são destacados também os momentos de inflexão e transição, na tentativa de entender a trajetória deste território que vê um conjunto de mudanças em cursos e que se coloca, hoje, como um espaço de produção e inovação na área de petróleo, gás natural, naval e *offshore*.

Com base na literatura e nos fatos e acontecimentos vivenciados pela economia nacional, três momentos marcam a trajetória e evolução de Suape e seu entorno. O primeiro é o período que antecede os anos 1960, e que vai da fase pré-colonial e colonial, até o início da discussão mais concreta em torno do porto e sua área de influência com a elaboração dos primeiros estudos. Desde cedo, a área de Suape e do entorno¹ apresentam-se como um “ativo específico”, do ponto de vista geográfico, privilegiada pela sua formação natural. Além de receber mercadorias vindas da Europa para abastecer o mercado local e regional, o local sempre foi visto como propício para a instalação de uma estrutura de produção e comercialização de mercadorias.

O segundo momento começa em 1960 e vai até o início dos anos 2000. O início desse período corresponde à fase de integração produtiva (GUIMARÃES NETO, 1997; 1989), período pós-SUDENE. É quando são feitos os primeiros estudos e é lançada a *Pedra Fundamental de Suape*. Isso se dá, também, no contexto do I e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), onde já se apontavam as perspectivas de investimentos em infraestrutura (portos, estradas), e nas indústrias petrolífera, naval, química, petroquímica, e outras. Essa fase é marcada pela *fraca expansão da dinâmica local*. Passaram-se quase quatro décadas de fracos investimentos e de não inserção de Suape, enquanto eixo estratégico da política. Isso ocorreu, principalmente, devido ao porto de Recife e aos investimentos direcionados para outros estados do Nordeste, fruto da descentralização produtiva nacional, a exemplo da Bahia com o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (BRANDÃO, 1985; SILVA, 1992).

O terceiro momento está relacionado aos primeiros decênios deste século. O período é marcado pelo deslançar de Suape enquanto parte da estratégia de políticas, convergindo para essa área industrial e portuária um conjunto de ações, e sendo realizada uma série de investimentos por parte do Governo Federal e Estadual; inversões de empresas estatais e atração de empresas privadas, nacionais e estrangeiras. Observando-se os traços históricos da localidade, pode-se afirmar que o fenômeno está relacionado à “penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas” (FURTADO, 1961, p. 184-185). Ver figura 1 a seguir:

¹ Vale destacar a importância que tem a cidade de Recife nesse processo histórico. A opção aqui, no entanto, é buscar discutir a trajetória de Suape *stricto sensu*. De acordo com o desenrolar da análise, a relação entre Suape e Recife vai sendo retratada com maior ênfase.

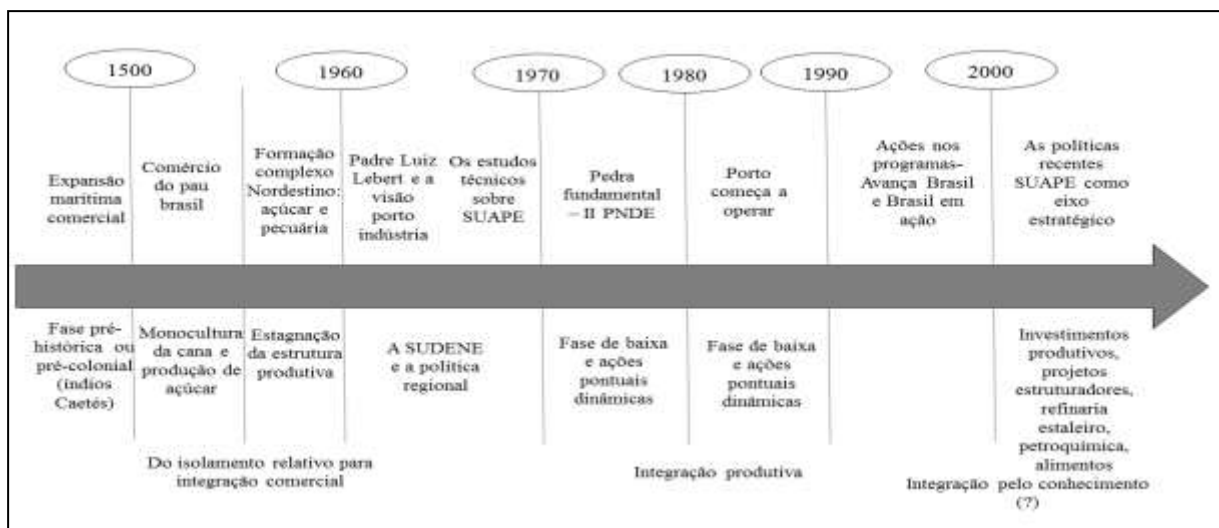


Figura 1 - A Trajetória e Evolução do Porto de Suape no Contexto Regional e Nacional.

Fonte: Elaboração própria. Furtado (1997), Guimarães Neto (1997; 1989), Brandão (1985), Silva (1992), Santos (2012), Suape (2012), GTDN (1959), Araújo (1999), Andrade (1981).

Na figura 1, acima, se busca sintetizar a trajetória do Território de Suape em termos de sua formação social e econômica. Enfatiza-se a periodização do processo de transformação de seu Território, historicamente caracterizado por uma elevada dinâmica econômica no Estado de Pernambuco e do Nordeste. Tais períodos históricos são identificados com os ciclos de expansão econômica.

Este trabalho está assim dividido, além desta introdução. A segunda seção apresenta os aspectos gerais da trajetória socioeconômica de Suape e o seu entorno. A terceira analisa o momento pós-1960, quando começaram os primeiros estudos sobre o território, colocando a perspectiva de interação porto e industrial. A quarta discute o período pós-2000 em que Suape é colocado como eixo estratégico das políticas para petróleo, gás, naval e *offshore* (IPGNO). Ainda, procura ressaltar a mudança no perfil da estrutura produtiva no local, bem como a interação de Suape com as demais políticas para IPGNO. Por fim, as considerações do trabalho são apresentadas.

2. OS CAMINHOS SINUOSOS: ASPECTOS GERAIS DE SUA TRAJETÓRIA

É impossível desvincular a formação econômica do Território de Suape (como hoje é conhecido), da trajetória econômica do Brasil. A chegada dos portugueses às Américas, com o processo de expansão comercial da Europa, foi fruto do desenvolvimento do velho continente e decorrente das dificuldades de transações com o Oriente. Para Furtado (1997), as ameaças das economias europeias (diga-se: França, Holanda e Inglaterra) para dividir as terras das Américas recém “descobertas” e a insuficiência de recursos, por parte de Portugal e Espanha, levaram esses países a ocupar economicamente as colônias, destacando a atividade agrícola. Essa tinha o objetivo de se obter recursos para proteger as “novas terras”, e, também, integrando as colônias ao ‘processo de reprodução produtiva’ da Europa. Dessa forma:

(...) Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola das terras brasileiras [...] a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu (IDEM, IBIDEM, p.8).

Andrade (1981) argumenta que o processo de expansão colonial europeia condicionou a ocupação do território do Nordeste. De acordo com o autor:

(...) essa ocupação foi feita em função da produção de determinadas mercadorias (...). No caso do Nordeste o motivo econômico da ocupação foi atender à demanda de açúcar no mercado europeu, provocando, portanto, o desenvolvimento da atividade industrial, de fábricas, desde o século XVI (ANDRADE, 1981, p. 14).

Nesse sentido, Furtado (1997) afirma que o êxito do empreendimento agrícola decorreu de um conjunto de fatores. O conhecimento e o aprendizado adquiridos com a produção do açúcar nas ilhas do Atlântico foram, sem dúvida, importantíssimos para este autor. De um lado, possibilitou a Portugal o desenvolvimento de uma indústria de equipamentos para engenhos; de outro, assegurou o processo de aprendizado que veio facilitar a resolução de entraves técnicos relacionados à produção do açúcar, e levando a quebra do monopólio da produção estabelecido pelos povos venezianos (FURTADO, 1997, p. 9-10)².

O conhecimento das técnicas de produção do açúcar, eficiente para a época e trazida da metrópole para a colônia, em um período que marca capitalismo mercantil e que antecede a *Revolução Industrial*, na Inglaterra, com a introdução da maquinaria³; juntamente com a ampliação dos mercados (principalmente devido ao aprendizado holandês das práticas comerciais), foram determinantes para a metrópole portuguesa. Isso marca a fase de ocupação do território brasileiro, e foi à base da economia colonial (FURTADO, 1997, p. 10). Ainda acrescenta o autor:

Mas não bastavam a experiência técnica dos portugueses na fase produtiva e a capacidade comercial e o poder financeiro dos holandeses para tornar viável a empresa colonizadora agrícola das terras do Brasil. Demais, existia o problema da mão-de-obra. Transportá-la na quantidade necessária da Europa teria requerido uma inversão demasiadamente grande, que provavelmente tornaria antieconômica toda a empresa (IDEM, IBIDEM, p. 11)⁴.

A combinação do fator que faltava para o sucesso da colônia agrícola, diante da escassez e alto custo do trabalhador (especializado) europeu, foi trazer a força de trabalho escrava, dado o conhecimento pelos portugueses do mercado africano relativo a esse fator. Essa força de trabalho, aliada ao conhecimento adquirido das *técnicas de produção*, ao financiamento e à expansão dos mercados, possibilitou que o açúcar (principal especiaria do mercado da Europa), se constituísse num dos principais ciclos de especialização da economia brasileira: o ciclo do açúcar (FURTADO, 1997). De acordo com Andrade (1981), as unidades produtivas centrais, sociais e econômicas eram os engenhos. Esses formavam um complexo sistema de relações, destacando inúmeras atividades que se desenvolviam nos seus arredores: cultura da cana, mantimentos e pecuária. Destaca o autor que "... o engenho vivia numa semi-autarquia, produzindo a maior parte dos produtos para o seu consumo..." (ANDRADE, 1981, p. 14).

² Furtado (1997) relata que a produção do açúcar envolvia um conjunto de questões ligadas a segredos técnicos de refinação, a proibição de exportação de equipamentos e capitais ligados a essa indústria. Ainda, a cidade de Veneza dominou o monopólio do refino do açúcar.

³ Mesmo no contexto de grande eficiência da empresa agrícola, Andrade (1981) argumenta que a evolução tecnológica foi lenta. A introdução da maquinaria a vapor se deu no início do século XIX (inventada no séc. XVIII e marca a primeira Revolução Industrial). Antes se utilizava a força hidráulica e a força animal.

⁴ Segundo Andrade (1981, p. 15), "os grandes comerciantes e banqueiros europeus, já organizados nas cidades dos Países Baixos, Amsterdã, sobretudo, financiaram os capitães - mores de nossas capitânias, a fim de que fundassem engenhos e desenvolvessem o plantio da cana-de-açúcar".

É nesse contexto que se insere o Nordeste e, mais especificamente, o Estado de Pernambuco e Suape (litoral Sul pernambucano), um dos principais pontos de produção e comercialização, primeiramente do pau-brasil e depois da monocultura da cana e a produção do açúcar (ANDRADE 1981)⁵. Conforme referências a Suape, desde o início o Território e seu entorno se constitui em um porto de relevância, integrando num “ativo específico” – “Esse lugar é denominado pelos portugueses de Pontal (...). É aí que carregam e descarregam as mercadorias” (MELLO, 1992, p. 21 *apud* ALMEIDA, 2010).

Mello (1929, *apud* ALMEIDA, 2010), em a *Síntese Cronológica de Pernambuco*, relata as batalhas dos portugueses contra os holandeses na Baía Suape, mostrando a importância econômica de produção de mercadorias e de entreposto comercial desse território.

A dinâmica do Brasil colônia tem seu fortalecimento com a implantação das capitanias hereditárias. Sendo uma das principais capitanias, em termos populacional e econômico, a de Pernambuco, que em 1549 apresentava 30 (trinta) engenhos, perfazendo mais engenhos do que as outras duas capitanias: a da Bahia (dezoito engenhos) e a de São Vicente, em São Paulo (dois engenhos), fazendo de Pernambuco o principal centro econômico do Nordeste e do Brasil⁶.

(...) Admitindo-se a existência de apenas 120 engenhos – ao final do século – e um valor médio de 15.000 libras esterlinas por engenho, o monte total dos capitais aplicados na etapa produtiva da indústria resultava aproximar-se de 1.800.000 libras. Estima-se em cerca de 20.000 escravos africanos (...). Se se admite que três quartas partes dos mesmos eram utilizados diretamente na indústria do açúcar e se se lhes imputa um valor médio de 25 libras, resulta que a inversão em mão-de-obra era da ordem de 375.000 libras (...) Vinte por cento do capital fixo da empresa. Parte substancial desse capital estava constituída por equipamentos importados. (...) O valor total do açúcar exportado, num ano favorável, teria alcançado uns 2,5 milhões de libras. Se se admite que a renda líquida gerada na colônia pela atividade açucareira correspondia a 60 por cento desse monte, e que essa atividade contribuía com três quartas partes da renda total gerada, essa última deveria aproximar-se de 2 milhões de libras. Tendo em conta uma população europeia não seria superior a 30.000 habitantes, torna-se evidente que a pequena colônia açucareira era excepcionalmente rica (FURTADO, 1997, p. 43-44)⁷.

Os dados e as conclusões acima, colocados por Furtado, ao analisar a produção açucareira, nos fins do século XVI, em *Formação Econômica do Brasil*, ratificam a importância que teve Pernambuco, e, mais especificamente, Suape e o entorno, no ciclo do açúcar. Vale salientar que a capitania de Pernambuco concentrava 25% dos engenhos brasileiros, fato que demonstra sua importância na economia colônia. No entanto, grande parte dessa renda se concentrava nas mãos dos proprietários de terras e de proprietários dos engenhos, e, principalmente, nas mãos dos comerciantes.

Nessa direção, a dinâmica de Suape estava intimamente ligada à atividade mais dinâmica de Pernambuco e do Nordeste do Brasil, a agroindústria açucareira. Por extensão, Pernambuco e o Nordeste conformaram a especialização produtiva nacional, que se

⁵ Conforme argumenta o autor (p. 14), além dos escravos e das áreas para plantio, era necessário instalar as unidades industriais em áreas que “por sua posição geográfica permitissem, em condições econômicas, a exportação do açúcar. Daí, os primeiros engenhos se localizarem geralmente nos estuários dos grandes rios, possuindo trapiches onde o açúcar era embarcado (...)”.

⁶ Esses dados e informações foram tirados do *site* da enciclopédia Wikipédia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_da_cana-de-açúcar), tendo como fonte: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, Vol. 2 pg. 153-154. São Paulo (1994). FREYRE, G. *Nordeste*. Ed. Global, 7ª edição, p. 47-8 e 5-1.

⁷ Andrade (1981, p. 17) aponta que existiam 250 engenhos em 1630 (época da invasão holandesa), sendo as capitanias de Pernambuco e Bahia as mais dinâmicas economicamente.

justificava pela sua alta produtividade e rentabilidade, até meados do século XVII. Conforme Andrade (1981, p. 24), “a produção e exportação do açúcar foi, desde o século XVI, a principal atividade econômica do Nordeste”.

Acrescenta-se que, Suape era o local onde se armazenava e escoava a produção regional para a Europa, o principal mercado consumidor estrangeiro. Ainda, esse local, já se apresentava desde o início como base de aprendizado das técnicas e tecnologias de fabricação e conserto de navios que vinham da Europa, decorrentes das expedições comerciais (BARLÉU, 1940, *apud* ALMEIDA, 2010) – “[...] No porto denominado Cabo de Santo Agostinho, fundiam os navios e se demoraram cinco dias [...]” (p. 121).

A concorrência com o açúcar das Antilhas⁸, na segunda metade século XVII e XVIII, levou a desorganização do mercado de açúcar com a queda dos preços em mais da metade, isso fez com que o sistema entrasse em longo período de baixo dinamismo⁹. No que se refere ao Nordeste brasileiro, destaca-se que “a economia açucareira desta região, com efeito, resistiu a mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa” (FURTADO, 1997, p. 53).

Em plena expansão econômica decorrente do Kondratiev da *mecanização inicial* – 1770/1780 – 1830/1840 (têxteis, química e maquinaria para o setor têxtil, ferro e fundições, força hidráulica, cerâmica e canalizações; Freeman (1993)) a economia canavieira está sofrendo ainda um prolongado período de estancamento econômico. O caráter de autarcia do empreendimento canavieiro contém em si mesmo a explicação para um período tão longo de involução econômica (FURTADO, 1997).

A segunda metade do século corresponde à fase de expansão da segunda onda longa de progresso técnico puxado pela indústria de bens de capital, conduzido pela máquina a vapor e as ferrovias, além dos barcos a vapor e da maquinaria, das ferramentas e do aço com o aperfeiçoamento da metalmecânica; os países líderes são Grã-Bretanha, França, Bélgica com Holanda e Itália encontrando-se na rota do desenvolvimento industrial (FREEMAN, 1993).

Esse Kondratiev (1830/1840 – 1880/1890) compreende a emergência e expansão do ciclo do café no Sudeste do País; mas, abre uma segunda chance de retomada do dinamismo econômico da atividade canavieira no Nordeste. Agora impulsionada pela modernização dos portos e das estradas de ferro, bem como, da planta industrial para produzir açúcar. O Brasil se torna, nesse período, um dos maiores produtores de *commodities* agrícolas em função da expansão do mercado externo. Emerge a era do capital dos monopólios impulsionado pelo novo sistema de transporte.

Diante da revolução tecnológica em curso, o sucateamento da indústria açucareira exigiu a intervenção do Estado com a política dos engenhos centrais, e que em Pernambuco, especificamente, não obteve êxito. A economia açucareira passou, então, por profundas transformações, decorrentes da crítica situação da indústria¹⁰, com as inovações introduzidas

⁸ A ligação entre Portugal e Espanha decorrente da crise de sucessão, fez com que, dada a dependência deste, Portugal firmasse acordo com a Inglaterra (a partir de 1640) para sobreviver enquanto potência. Esse acordo envolvia a defesa da metrópole em troca de facilidades nas relações comerciais (para os produtos manufaturados) e de exploração das terras da colônia, especificamente do ouro, dando origem ao ciclo do ouro. Isso fez com o Brasil se articulasse com outra metrópole – a Inglaterra –, e em meio à decadência do mercado do açúcar, o ciclo do ouro assegurou o desenvolvimento da manufatura inglesa (FURTADO, 1997). Ainda, para Furtado, “o último quartel do século XVIII veria a decadência da mineração do ouro no Brasil. A Inglaterra já havia, sem embargo, entrado em plena Revolução Industrial” (IDEM, IBIDEM, p. 35).

⁹ Andrade (1981) afirma que esse movimento permitiu que grande parte da produção abastecesse a região Sudeste, em crescente ascensão decorrente do desenvolvimento da mineração nas Minas Gerais e da cafeicultura Paulista.

¹⁰ Uma das medidas do governo foi a orientação da política para a implantação de engenhos centrais e usinas, onde os demais passavam a ser fornecedores. Em Pernambuco passaram a existir em 1881 quatro desses: Santo

como a *máquina a vapor* (em substituição dos engenhos d'água e animal). Do ponto de vista da produção da cana, houve a penetração de uma variedade melhorada – a cana caiana trazida da Guiana Francesa. Destacam-se também a utilização do arado de tração animal, a substituição da lenha pelo bagaço de cana como combustível (vide ANDRADE, 1981, p. 25)¹¹.

A conjuntura nacional e regional era caracterizada da seguinte forma por Furtado:

(...) do ponto de vista de sua estrutura econômica, o Brasil da metade do século XIX não diferiria muito do que fora nos três séculos anteriores. Estrutura econômica baseada principalmente no trabalho escravo se mantivera imutável nas etapas de expansão e decadência (...). A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira (FURTADO, 1997, p. 38).

Em termos de Nordeste, acrescenta-se que a modernização do parque sucroalcooleiro pôde alimentar em seu entorno, certamente, atividades de metalmeccânica desenvolvidas conforme a base tecnológica dessa modernização das usinas e dos transportes (ferroviários e portuários). Essa tecnologia importada pelos países coloniais representa a absorção daquelas bases produtivas europeias que estão sendo substituídas por novas plantas industriais, novas estradas de ferro, novos equipamentos e insumos. Essa introdução de nova infraestrutura, de novos equipamentos e insumos, representa, pelo lado da tecnologia, uma modernização e não desenvolvimento. E, além disso, tal hiato tecnológico reforçará a desigualdade dos termos de troca entre centro e periferia do sistema de mercado internacional.

A dependência agora não se expressa, como no passado, pelo fato do centro de decisão política se encontrar na colônia portuguesa. Não somente por que se está no período de transição política do país; mas porque se deve a Inglaterra, principalmente, o lugar tenente de credor e principal importador de *commodities* brasileiras. A República surge, nesse Kondratiev, comandada pelo auge (em termos econômicos) e repercussões (em termos políticos) da economia cafeeira que entrará logo depois num período de crise.

Nesse momento, portanto, a dependência, em termos furtadiano, se dá não somente em função do problema da diversificação do produto, e nem tão menos pelo fato da demanda encontrar-se fora do País, mas também se expressa na dependência tecnológica. Significa, como já se viu dizer, que a nova tecnologia representa o que em Furtado se chama de modernização – e não desenvolvimento – caracterizada pela difusão de produtos das técnicas e não das novas tecnologias, resultando em estruturas econômicas e sociais díspares, reforçando a dependência.

Provavelmente, em Pernambuco, um aprendizado na área metalmeccânica pode se desenvolver em função da cana de açúcar, abrangendo certos bens e serviços de baixo perfil tecnológico com relação às metrópoles, incluindo transporte ferroviário e portuário. Embora isto possa representar um possível aprendizado e formação de competências internas, inclusive resgatando-se algum aprendizado de dois séculos atrás, tal capacitação consegue se manter e se expandir, mas sem ultrapassar os limites de uma adaptação em função das demandas locais e da concorrência interna da produção de açúcar do sudeste do País.

Inácio, Firmeza, Cuiambuca e Bom-Gosto, sendo o maior número para o Nordeste. E desse contexto também a criação das ferrovias na região (vide ANDRADE, 1981).

¹¹ O autor destaca ainda algumas outras inovações e que possibilitara o surgimento de uma indústria de base metalomeccânica: implantação de turbinas, fábricas de caldeiras (*Idem, Ibidem*).

Andrade (1981) leva a refletir sobre esse avanço do complexo sucroalcooleiro no contexto de Pernambuco. Essa indústria e sua elite estavam penetradas no Estado e exercia uma forte influência política, facilitando a implantação de usinas e de ferrovias para atender seus interesses de produção e demanda das matérias primas (a cana), além de outros incentivos¹².

Essa transformação dos engenhos em usinas modernas não ocorreria, portanto, e, segundo Andrade, sem a intervenção do Estado na economia do açúcar. Essa expansão continuou já no período do terceiro ciclo de Kondratiev, o qual representou, sobretudo, uma revolução com base na química moderna, de materiais elétricos e a metalmecânica pesada. Nos países desenvolvidos estar-se na “*Belle Époque*” (PEREZ, 1998), que entre outras características têm-se os oligopólios (e marcando a transição para o paradigma de produção em massa fordista).

Pode-se dizer que a modernização do parque açucareiro continuou de forma extensiva, tendo como novidade o surgimento de uma nova região produtora que passa a concorrer com a produção nordestina, inclusive por incorporar bases tecnológicas mais avançadas. Provavelmente, a intervenção do Estado em favor da oligarquia canavieira nordestina foi consideravelmente importante para expandir o número de empresas.

De acordo com Andrade (1981), no início do século XX, em 1910, Pernambuco contava com 187 usinas de açúcar, sendo que 71,7% (134) concentravam-se no Nordeste e com um valor da produção equivalente a 57,9% do total. O Estado contava com 46 (24,6%) e apresentava um valor do produto que era aproximadamente de 50% do valor total, produzido pelas 134 usinas. Vale ressaltar que a usina Catende, situada na região de Suape e seu entorno, apresentava a maior capacidade de produção, sendo considerada, por muito tempo a maior usina do país. Em 1919, existiam 215 usinas no País, com 152 (70,7%) espalhadas nas terras do Nordeste. Pernambuco contava com 51 usinas completas. Em 1930, contexto da chamada Revolução de 30, a crise se alastrava pela atividade econômica açucareira, sendo o Nordeste a região mais atingida. Isso também em decorrência da concorrência do Sudeste (vide ANDRADE, 1981). Ainda é nessa década que se cria o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), com o objetivo de assegurar apoio e transferir recursos para a região, estando alinhando com os interesses dos senhores de engenhos e usineiros (EQUIP, 1994. p. 4).

Em 1935, Pernambuco contava com 72 usinas, representando 34,8%, das usinas no território nordestino e com um valor da produção de mais 50% do total do Nordeste e, aproximadamente, 40% do valor da produção nacional. Pernambuco se destacava como o maior produto do Brasil (ANDRADE, 1981). O destaque do parque açucareiro de Pernambuco, mais uma vez, somente poderá ser entendido se se levar em consideração essa intervenção do Estado, ressaltada por Andrade, apesar da concorrência de São Paulo, o maior número de unidades produtivas, e, por consequência, de volume de produção continua no Nordeste sob a ação benevolente do Estado. Mas também essa expansão ocorre num momento do terceiro Kondratiev, caracterizado pela tecnologia dos *equipamentos elétricos* e da *metalmecânica pesada* (1880-90 a 1930-40), e, portanto, mesmo pós a crise de 1930 e suas repercussões profundas na economia mundial.

Nesse contexto, as economias americana e alemã despontam como países líderes dessa revolução tecnológica, momento caracterizado pela onda longa de progresso técnico fordista. Estes países estão voltados para a defesa de suas fronteiras econômicas, no contexto de duas grandes guerras mundiais. Ora, se se está em época de retração do mercado externo, tem-se agora a expansão do mercado interno e os subsídios estatais para garantir a contínua expansão

¹² Essa política, desenvolvida nas duas últimas décadas do século XIX e na primeira do século XX, manteve o Nordeste na liderança da produção brasileira de açúcar, embora a produção do Sudeste, dispondo de um importante mercado na própria região, crescesse mais rapidamente que a do Nordeste e possuísse unidades de produção em maior escala, o que lhes permitia vantagens na concorrência (ANDRADE, 1981, p. 27).

da produção dessas *commodities*. Esse mercado interno se expande com base na emergência de um processo de industrialização autônoma que, no Brasil, surge nas brechas deixadas pelos ciclos econômicos, sobretudo, o do café (FURTADO, 1997).

Esse processo de industrialização, no período do Estado Novo, instalado em 1937, sofre agora a intervenção do Estado incrementando sob a política de substituição de importação, principalmente, naqueles produtos ou bens de consumo não duráveis. Há, portanto, em decorrência dessa política, uma expansão do mercado interno e da própria urbanização, significando, também, a emergência de novos atores no cenário político do País.

Esse predomínio da classe industrial levou a um luta com a classe dos produtores de cana, decorrente da utilização de matérias primas próprias e a não compra dessas aos proprietários de terras. Andrade (1981) aponta que esse episódio levou o governo a regular a utilização do álcool nos motores a explosão, substituindo à gasolina. Essa política é tida como *precursora* do programa Proálcool. Isso contribuiu também para a proteção da atividade nordestina e concentração do latifúndio, permanecendo intocada a estrutura fundiária. Sendo essa estrutura questionada, na década de 1950, com o movimento das Ligas Camponesas (ANDRADE, 1981 p. 32)¹³. Naturalmente, essa intervenção do Estado significou novo aprendizado e formação de competência pela incorporação de inovações tecnológicas, com a utilização do motor a combustão interna em pleno auge da indústria automobilística que é o principal ramo do paradigma fordista. Portanto, o problema tecnológico – por esse exemplo histórico – é ainda um problema de estratégias e de decisão política, é uma questão política.

Assim, a importância dessa atividade para a economia nacional, colocou Pernambuco como um dos principais centros de produção de cana e de açúcar. A política industrial, e seus incentivos para essa indústria, pode-se dizer, esteve significativamente dominada por interesses da elite dessa indústria, que estava também penetrada no Estado, direcionando as ações de acordo com suas conveniências. Ainda, esse sistema produtivo apresentava pouca capacidade de mobilizar outras atividades produtivas e inovações no seu entorno e que assegurasse à dinâmica e diversificação econômica de Pernambuco e região. Isso se deve a própria força política que capturava o Estado. Essa indústria, portanto, conseguiu mobilizar as atividades de base metalmeccânica (como já se viu, essa base tecnológicas tem sua origem no paradigma, caracterizado pela máquina a vapor e as ferrovias (1830-40 a 1880-90)), que foram responsáveis pela transformação dos engenhos e usinas.

Chegou-se a meados da década de 1950 com a economia do Nordeste muito aquém do dinamismo do Sudeste do país (conforme mostrado no documento do GTDN, 1959), apresentando condições que fazem parte dos problemas estruturais das economias subdesenvolvidas, com estruturas arcaicas, do Nordeste e da economia brasileira, e que em grande medida ainda persiste nos dias atuais.

A observância desse longo período, aqui tratado em linhas gerais, busca refletir o surgimento, apogeu e declínio de um dos ciclos de maior dinamismo econômico brasileiro – o da produção do açúcar. O declínio dessa deu origem a uma estrutura produtiva e social, caracterizado pelo sistema de subsistência ligada à pecuária, convivendo e sendo originado a partir do sistema açucareiro, e apresentando por séculos fraco dinamismo e capacidade de promover transformações estruturais (FURTADO, 1997).

Nesse sentido, Suape, que historicamente era visto como local de produção canavieira, produção de açúcar e escoamento da produção ficou “esquecido” no que tange a suas peculiaridades, potencialidades e importância em termos de entreposto comercial e território de produção, sendo os investimentos direcionados para o porto do Recife (SILVA, 1992; BRANDÃO 1985). Então, nessa fase se marca o processo de integração produtiva, depois de séculos de decadência da economia do açúcar (embora de significativa relevância para

¹³ Outra atividade produtiva importante na época era o algodão o que proporcionou o desenvolvimento da indústria têxtil (ANDRADE, 1981).

Pernambuco, e sobrevivido por conta dos incentivos e por sua elite penetrada no Estado, defendendo seus interesses), que se voltaram os estudos para o território, colocando-o na perspectiva de se estabelecer os investimentos em uma zona portuária e, posteriormente, além do porto, a interligação com os ramos de produção industrial e de complexo logístico e de serviços.

Esse período coincide com o final da segunda Guerra Mundial, em que os países europeus estão buscando reconstruir suas economias. Também é o período representado pela incorporação em massa das bases tecnológicas da Segunda Guerra Mundial na produção industrial dos países desenvolvidos. Trata-se, aqui, da consolidação e expansão internacional do paradigma tecnoeconômico fordista. Neste período, o País inicia um segundo momento da política de substituição de importação, com base na indústria de bens de capital, também chamada de indústria de base. Essa industrialização continuou ocorrendo sob a tutela do Estado brasileiro. Essa ação do Estado brasileiro continuou priorizando o Sudeste do País, enquanto no Nordeste foi contemplado com a agroindústria do açúcar.

3. A CONFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE SUAPE (1960-2000)

Conforme destacado na sessão anterior, a história de Suape e entorno está estritamente ligada às ondas longas de expansão e à trajetória econômica do Brasil. Suape e seu entorno, historicamente, serviram como entreposto comercial, bem como, tenha produzido em sua região e adjacências (Mata Sul de Pernambuco) as matérias primas e os produtos da especialização produtiva nacional, como pau-brasil e a produção açucareira. Porém, é a partir da década de 1960, enquanto projeto de ‘desenvolvimento regional’, que começaram os estudos mais profundos sobre a possibilidade de se estabelecer um porto de grande porte, nos moldes atuais, e sua integração com a indústria e com um sistema de serviços (SILVA, 1992). Além disso, se previu uma interligação multimodal com outros portos e a estrutura produtiva da região Nordeste.

Este período vai se dar no contexto do chamado “milagre econômico” (1968-1973). Em termos internacionais, esse período corresponde à expansão das bases tecnológicas do ciclo de Kondratiev, conhecido como paradigma de produção em massa, caracterizado pela automação industrial e pela energia nuclear, incluindo a petroquímica e, tendo como fator chave o *petróleo*. Entretanto, essa industrialização do paradigma fordista representou um processo de modernização que continuou privilegiando o Sudeste do Brasil (LIMA, 1983).

Assim, no contexto do Pós-Segunda Guerra, grupos de interesse externos passaram a minar as bases de uma industrialização endógena que nascera a partir das brechas criadas pelas dinâmicas da economia cafeeira e outros ciclos econômicos vivenciados pela economia brasileira, na virada do século XIX e início do século XX. Penetram nessa indústria de bens e setor de serviços que se expandia graças a um mercado interno, que proporcionalmente vinha crescendo associado com a urbanização, e sendo patrocinado pelo Estado nacional-desenvolvimentista até a segunda Guerra Mundial.

A partir dessa data, os esforços nacionais–desenvolvimentistas de dar continuidade a esse processo de industrialização de teor político e conteúdo tecnológico nacional, passaram a sofrer um processo de pressões dos interesses externos. Tais interesses, associados a setores internos conservadores e ligados a economia agroexportadora e outros segmentos associados ao capital estrangeiro, foram os vencedoras nas disputas políticas em torno da agenda de política de desenvolvimento *versus* agenda de políticas de modernização. Imprimiram, então, uma nova dinâmica desenvolvimentista inaugurada a partir do Golpe Militar de 1964 (SILVEIRA; RATHMANN, 2007; ALMEIDA, 2006).

A ideia de aliar porto e indústria remete a alguns exemplos históricos de países, como a França com o porto de Marseille-Fos e o Japão com o porto de Kashima (SUAPE, 2012; SANTOS, 2012).

Para Silva (1992), a industrialização do território regional está inserida na estratégia de descentralização da indústria no território nacional¹⁴, sendo a expressão maior a Bahia, remetendo-se a discussão em torno do processo de industrialização ao período ou fase de integração produtiva, e que marcou na economia brasileira as políticas industriais para o Nordeste, a fase pós-SUDENE¹⁵ (GUIMARÃES, 1997; 1989).

Brandão (1985, p. 77) analisa a regionalização da grande indústria, tomando por base os casos de Recife e Salvador. Esse momento marcou os desdobramentos do grande capital sobre as regiões periféricas, a exemplo da instalação de complexos especializados nas atividades de petroquímica. Ainda, Silva (1997) afirma que o contexto impediu as inversões do capital internacional necessários para assegurar a viabilidade do projeto de Suape. Nesse sentido, enquanto Suape estava discutindo o seu primeiro Plano Diretor, a Bahia já contava com a refinaria e o Centro Industrial de Aratu.

As diretrizes estabelecidas no primeiro Plano Diretor de Suape (1974-1979) e que marcaram um estudo mais concreto sobre o território, se davam em um contexto regional de “rivalidades” estabelecidas entre os estados da Bahia e Pernambuco, em decorrência do primeiro ter promovido a instalação da Refinaria Landulfo Alves de 1950¹⁶, e que foi a primeira refinaria do Brasil. Andrade (1981) elucida que a Bahia era o principal produtor de petróleo do País, inclusive autossuficiente, e cujo excedente era remetido às demais regiões do Brasil.

O Centro Industrial de Aratu começou a funcionar em 1967, como um complexo industrial multisetorial e localizado na Região Metropolitana de Salvador, na Baía de Aratu (que já congregava a época a instalação do complexo industrial: a Base Naval que, em época de Regime Militar, é um fator de segurança importante; o Porto de Aratu; duas marinas que ofereciam apoio e serviços aos navegantes e um estaleiro). Na área, instalaram-se as atividades como química, moveleira, plásticos, metalmeccânica, calçadista, alimentício, metalúrgico, minerais não metálicos, fertilizantes, eletroeletrônicos, bebidas, logística, têxtil, serviços e comércio¹⁷. No entorno, a 18 km, está Salvador e sua região metropolitana, o Polo Industrial de Camaçari que se instalará depois, o aeroporto internacional e porto de Salvador, e o próprio Porto de Aratu.

¹⁴ Desse modo, o que se pode inferir das políticas, segundo Carvalho (2001), é que privilegiou os grandes capitais industriais e agrícolas da Região Nordeste, promovendo, assim, uma grande concentração de renda e dos ativos. Outro fator importante a ser analisado é que as disparidades regionais ainda persistem ao lado de uma redefinição da divisão nacional do trabalho, em que o Nordeste vem se especializando em produtos intermediários e matérias-primas, enquanto o Sul-Sudeste do país cada vez mais se especializa em produtos de ‘maior teor tecnológico’ e que exige uma maior capacitação da força de trabalho. Com algumas exceções, a exemplo dos polos dinâmicos ou áreas dinâmicas da Região (LIMA, 1994), e mesmo tendo havido uma parcial desconcentração espacial da atividade produtiva, no Nordeste, os investimentos se concentraram em alguns estados, levando a uma desconcentração concentradora (DINIZ; CROCCO, 1996; ALMEIDA; ARAÚJO, 2004; MONTEIRO NETO, 2005; ARAÚJO, 1999).

¹⁵ A proposta do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – *Política de Desenvolvimento Econômico para Nordeste* – apresentou, a partir do diagnóstico-relatório para a região, uma proposta de intervenção cujo eixo estava na industrialização, para tanto, criou-se a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN, 1959). Embora, posteriormente, uma série de Planos Diretores tenha sido elaborados, por parte da SUDENE, não se observa menção as políticas para Suape-PE.

¹⁶ Para maiores detalhes sobre o contexto histórico e a comparação entre as duas regiões metropolitanas, no que tange a industrialização, ver Brandão (1985). Ainda, os principais produtos da RLAM têm-se: propano, propeno, isso-butano, gás de cozinha, gasolina, nafta petroquímica, querosene, querosene de aviação, parafinas, óleos combustíveis e asfaltos.

¹⁷ Fonte: Superintendência de Desenvolvimento Industrial e comercial do Estado da Bahia (SUDIC, 2014).

Em 1978, dez anos após a construção do Centro Industrial de Aratu¹⁸, foi instado o Polo Industrial de Camaçari, também chamado Polo Petroquímico por abranger diversas indústrias químicas e petroquímicas e mais recentemente outros ramos produtivos, como os ramos de produção de pneus e automobilísticos. Representa o primeiro complexo industrial petroquímico planejado do País, constitui-se no maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul.

Para assegurar tal relevância, o complexo petroquímico promove continuamente a sua modernização, mediante a incorporação de novas tecnologias, especializações e elevados padrões de desempenho técnico econômico e empresarial. Além disso, o complexo desempenha impacto sobre os padrões de urbanização e serviços de Salvador e seus efeitos dinâmicos em termos de geração de riqueza e mercado de trabalho. Tais efeitos superaram, de forma significativa, aqueles registrados pela indústria petrolífera, na década de 1950 e o Centro Industrial de Aratu, no final nos anos 1960. Esses investimentos da Bahia representam uma trajetória de aprendizado e acúmulo de conhecimento, e estão muito longe em termos de maturidade e capacitações criadas com relação aos investimentos que estão instalados em Pernambuco.

Esses dois complexos industriais, instalados na Bahia, representam, pelo menos na Região Nordeste, a implantação da indústria petroquímica que se constitui um dos “ramos vetores” da onda longa de progresso técnico fordista. Até então, o fordismo tinha se instalado no Brasil, muito mais no campo das ideias e nas empresas e serviços do Estado. Esse período está caracterizado pelos investimentos estrangeiros e penetração do capital em sua forma produtiva industrial (internacionalização do capital produtivo).

A perda de dinamismo da economia de Pernambuco precipitou a discussão em torno de Suape, porém as forças políticas do Estado que direcionavam os investimentos para o Porto do Recife, e os interesses do Governo Central que tinham a Bahia como área estratégica, impediram a viabilidade de Suape (SILVA, 1992). Esses podem ser colocados como os principais obstáculos aos primeiros impulsos do Território de Suape. Soma-se a isso, o fato de que, a crise do petróleo interrompeu o ciclo que planejamento do I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) período do “milagre econômico” (SILVEIRA; RATHMANN, 2007).

Para Brandão (1985), como foi visto acima, o Estado promotor da industrialização esteve “mais presente” na Bahia. Ainda, é importante observar os apontamentos da autora, no sentido dos impactos da experiência da Petrobrás em Salvador, que, como Suape, apresentou investimentos industriais e portuários, onde antes predominavam estruturas voltadas para a produção açucareira. A penetração dessa empresa no território local levou a criação de novos empregos com altos salários, serviços de produção, acelerou a construção civil; porém, do outro lado, teve a retração da indústria açucareira, e os problemas locais foram agravados, decorrentes da concentração e aumento dos preços dos terrenos e dos salários (p. 83-84).

O primeiro Plano Diretor de Suape remete-se a 1974, destacando a zona industrial e o entreposto comercial. É esse o contexto do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)¹⁹ e do programa de Metas Bases para Ação de Governo. O objetivo do I PND/PAEG era implementar uma infraestrutura para o desenvolvimento do Brasil, com ênfase nos ramos de transporte, C&T, naval, siderurgia, e petroquímica (ALMEIDA, 2006). O Plano previu a articulação de empresas estatais, bancos estatais e outras instituições públicas. É o auge da intervenção do Estado no Brasil com o Modelo Centralizador e Autoritário de Planejamento. Neste momento foi lançada a *pedra fundamental de Suape*, quando à época governava Pernambuco, Eraldo Gueiros²⁰. Segundo Silva (1992), em articulação com o Plano Diretor de

¹⁸ O Projeto de Aratu se beneficiou dos incentivos do Governo Militar do Plano estratégico de desenvolvimento de 1967-1970.

¹⁹ Lei nº 5.727 de 04 de novembro de 1971 – Senado Federal. Assinado pelo governo Médici.

²⁰ Foi governador biônico, eleito pela via indireta e tomando posse em março de 1971 a 1975.

Suape, o II PND enfatizava a criação de complexos industriais, visando assegurar a competitividade, tanto nacional como internacional (p. 166).

O II PND/PAEG foi instalado no final de 1974 (1975–1979)²¹, com o objetivo de produzir insumos básicos, bens de capital e metalmecânica, alimentos e energia, sendo uma resposta à crise do petróleo, marcou o fim do “milagre econômico” brasileiro que representou 6 anos de taxas de crescimento acima de 10% *a.a.* Configurou-se o último grande ciclo econômico do período nacional desenvolvimentista. Embora o plano tenha sido apoiado pelo setor financeiro nacional e oligarquias tradicionais (sobretudo do Nordeste), diga-se de passagem, as forças que apoiaram o golpe de 1964, teve uma curta duração graças ao aumento da dívida externa a elevados patamares e resultará na moratória de 1982 (MANTEGA, 1997; BRESSER-PEREIRA, 1983).

Este apoio das oligarquias nacionais apresenta fortes relações do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), pelo Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. Este constitui numa curva de aprendizado e capacitações internas que coloca o Brasil, hoje, como um dos principais líderes na produção de biocombustíveis no mundo, e com influência no setor metalmecânica para mecanização agrícola. E as indústrias petroquímicas e químicas com as indústrias de adubos e pesticidas e outras. Essas tecnologias, no entanto, são relacionadas aos Kondratiev dos equipamentos elétricos e metalmecânica pesada e da química pesada e o da produção em massa, nos países desenvolvidos, e que, no Brasil, ocorreu com uma defasagem significativa de anos.

O programa do Proálcool está relacionado às duas crises do petróleo (1973 e 1979). Essas crises balizaram a periodização da modernização da economia sucroalcooleira em dois períodos²². Nesse momento, só sobreviveram aquelas usinas que investiram em inovações tecnológicas, aumentando a produtividade e a competitividade; portanto, a produção do Nordeste perde liderança para o Sudeste como maior produtor de açúcar e álcool do País. Depois para outras regiões, como o Centro-Oeste, trabalhando com elevados padrões de produtividade e competitividade.

A economia açucareira de Pernambuco entra em declínio, além de um conjunto de empresas produtores de bens e serviços metalmecânico que vinham desenvolvendo no seu entorno. É esta vocação que o projeto de Suape Global²³ vai buscar se recuperar. Segundo os formuladores de políticas do Estado, esta especialização estaria condizente com os empreendimentos instalados, que são equipamentos industriais de base tecnológica de terceira geração, apesar dos contínuos e possíveis avanços de novas tecnológicas na direção da mecatrônica²⁴.

Assim, enquanto a Bahia foi beneficiada com aquela indústria de bases petroquímicas, Pernambuco se beneficiou com o Proálcool. A produção de álcool deste Estado era de quase

²¹ Vale salientar que, no período de vigência dos dois PND, foram construídas no Brasil 5 (cinco) refinarias e a última em 1980, a Refinaria Henrique Lage. Ainda, é no período do II PND que é construído o Polo Industrial de Camaçari, como resposta ao objetivo de redução das importações de petróleo e de seus derivados, investindo significativamente na produção de insumos básicos. Dessa forma, os investimentos Camaçari representaram o êxito do Plano, em buscar dominar todo ciclo industrial produtivo do País, integrando a produção de insumos da Bahia com a região mais dinâmica do País, o Sudeste.

²² O primeiro momento é caracterizado por uma modernização extensiva, ou seja, caracterizada mais pela incorporação de novas áreas produtivas; já o segundo momento, que vai de 1979 ao início dos anos 1990, caracteriza-se por uma modernização vertical do setor, por um processo que se chamou à época de crise e reestruturação produtiva da economia canavieira, resultando na concentração do capital.

²³ O Arranjo Produtivo Local do PROMINP (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural), em Pernambuco, entre as várias capacitações e aprendizado tecnológico prioriza, não por acaso, esta vocação histórica.

²⁴ A mecatrônica refere-se a uma área que se utiliza de tecnologias de mecânica, eletrônica e a tecnologia da informação para fornecer produtos, sistemas e processos melhorados, sendo uma das áreas mais novas da engenharia (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mecatronica>).

metade da do Brasil (46,6%). Essa política foi fortalecida com a segunda crise do petróleo e o baixo preço do açúcar, naquela época (ANDRADE, 1981). Desta forma, a agroindústria sucroalcooleira foi, ao mesmo tempo, a modernização e o atraso da economia de Pernambuco dado à hegemonia e conservadorismo da oligarquia agrária modernizada e que continuou dominando politicamente a sociedade e mantendo a exclusividade da concentração de terra e da monocultura. Os seus resultados e consequências sociais, políticas e ambientais são bastante conhecidos²⁵.

Silva (1992) afirma que a ideia de interligação dos polos produtivos estava presente no Plano Diretor. Buscava-se atrair indústrias dos segmentos de bens de capital, bens intermediários e bens de consumo, sendo previstos os seguintes empreendimentos para Suape: polo de fertilizantes, minerais não metálicos, petroquímico, sucroquímico, metalmeccânico, e eletrônico, elétricos e de comunicação (será visto adiante o que muda em relação ao traçado original). Ainda, para Silva (1992), “recomendava-se, por último, a utilização do porto para abrigar tancagens para *álcool*, melação, produtos químicos líquidos e recepção de trigo e açúcar, que abasteceriam o Nordeste Oriental que seria a região de influência de Suape” (SILVA, 1992, p. 166-7).

Em 1976, após a viabilidade do projeto ser ratificada, foi indicada a desapropriação dos 13,5 mil hectares referentes ao Território de Suape. A partir desse momento, deram-se início as obras de infraestrutura no porto, sistema viário, fornecimento de energia e água e telecomunicações, condições importantes para as instalações industriais (SUAPE, 2012)²⁶.

A Lei Estadual nº 7.763, de sete de novembro de 1978, estabeleceu a criação da Empresa Suape – Complexo Industrial Portuário. Essa empresa foi criada com o intuito de administrar os investimentos e o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Território (SUAPE, 2012). Em 1992, por meio do convênio firmado entre Estado de Pernambuco e União, esse Estado passou a administrar a área pertencente à Suape.

O período que transcorreu do início das discussões em torno de Suape, em 1960, até a década de 1980, com o início das operações porto de Suape, foi marcado pelo fraco dinamismo dos investimentos produtivos no Território e por ações pontuais, principalmente de infraestrutura de portuária: construção do porto interno e externo, estradas, molhe sul, e outros. Pode ser colocado como um período de reflexões (decorrentes das discussões e estudos em torno de Suape) e de ações pontuais, muitas das vezes sujeitas ao contexto nacional e internacional, porém, *sem* colocar Suape e o entorno enquanto uma estratégia de política territorial (local e regional).

Mesmo no III PND (1979-1980), que se insere no contexto da segunda crise do petróleo, o foco principal era a energia. Suape, novamente, não esteve inserida nesse plano

²⁵ Os “barões do açúcar” – na linguagem de Chico de Oliveira (ver OLIVEIRA, 1981, p. 59–79) mantiveram as massas acorrentadas pelo “voto de cabresto” e sobrevivendo abaixo das condições biológicas suportáveis dadas, os baixos salários pagos e as degradantes condições de trabalho e de vida a que eram submetidas. De certa forma, tais padrões de reprodução social da força de trabalho comprimiam o mercado interno, já que o “setor” no pique da safra empregava cerca de 100 mil trabalhadores somente em Pernambuco; contingente este reduzido para menos da metade quando terminava a moagem de cana. Além disso, o exclusivo agrário (monopólio da terra e monocultura) impedia diversificação da economia e das possibilidades de geração e distribuição de renda. Ao contrário, o Estado funcionava, inclusive através do IAA, para garantir tal *status quo*, o que, em última estância, não somente representa a funcionalidade de defesa da produção e de reserva de mercado para produção nordestina via sistema de cotas em face da concorrência do Sudeste do País. Também, a apropriação privada do excedente social e seu gasto perdulário pelas elites dominantes e dirigentes e que tinham naquela economia e sua inserção dentro do Estado brasileiro as suas bases de sustentação do padrão de consumo das metrópoles desenvolvidas”.

²⁶ É nesse contexto e em meio à “crise do petróleo”, que o governo lança o decreto nº 76.593 (de 14 de nov. de 1975) estabelecendo o Programa Nacional do Alcool, dando um novo fôlego a monocultura de cana de açúcar. Na fase inicial do programa, a produção alcooleira foi de 600 milhões l/ano (1975-6) para 3,4 bilhões l/ano (1979-80) (BIODIESEL, 2012).

que, em decorrência da “década perdida”, pode-se dizer, ficou inviabilizado. O contexto internacional estava marcado, portanto, pela transição de paradigma tecnoeconômico da produção em massa para as tecnologias da informação e comunicação.

Em 1983, Suape começou a operar com a movimentação de *álcool* pela Petrobras. De acordo com Silva (1992), o crescimento da Região Metropolitana de Recife e o esgotamento do seu porto, que já não suportava os fluxos de cargas e descargas, somados, em 1986, ao acidente ocorrido com um navio de combustível, levaram o Governo de Pernambuco a fazer gestão junto ao Governo Federal, a empresa de administração do Porto de Recife e as empresas ali instaladas, para redirecionar as cargas de ‘natureza inflamável’ para o porto de Suape. A partir daí, foi acelerada a necessidade de se restabelecer a área portuária do Estado, do porto de Recife para Suape, sendo direcionadas, num primeiro momento, grandes empresas como: Shell, Esso, BR Distribuidora; e, colocando Suape como um “Pool de Derivados de Petróleo”. Também, foram construídos os Cais de Múltiplos Usos (1986), podendo movimentar contêineres e granéis sólidos (SUAPE, 2012).

Na década de 1990²⁷, com a construção dos Cais Múltiplos Usos, Suape foi colocado na lista dos portos prioritários do Brasil. Em 1996, Suape foi incluído no Programa Brasil em Ação²⁸, sendo objeto de investimentos, embora pontuais, pelo Governo Federal, destacando-se ainda, nessa década, a construção do porto interno (SUAPE, 2012). De acordo com Silva (1992), ocorreu, nesse período, o reconhecimento por parte do Governo Federal do Porto de Suape, buscando integrá-lo a malha portuária nacional e recebendo investimentos desse governo; sendo que, no período anterior, cabia ao Governo de Pernambuco, em grande medida, arcar-se com esses investimentos (SILVA, 1992, p. 170).

Para Santos (2012), o período (1960-2000) pode ser caracterizado pelos seguintes fatores: investimentos no porto e na instalação de empresas de médio porte, com baixa complexidade tecnológica, e pouca exigência em termos de qualificação profissional. Silva (1992), analisando o período que compreendeu o surgimento das discussões em torno de Suape até a década de 1990, observou que a estrutura produtiva era incipiente, sem a perspectiva de irradiação para o Estado e o Nordeste; e já destacava a imersão das corporações transnacionais em partes do território. Ainda, uma das principais considerações do autor refere-se à impossibilidade da promoção do desenvolvimento e da homogeneização social (SILVA, 1992, p.183)²⁹.

Segundo Silva (1992) e Brandão (1985), um dos principais fatores para que o projeto de Suape não fosse operado com maior dinamismo estão relacionados com as prioridades do Governo Federal, relacionadas com as sucessivas crises internacionais e nacionais com o redirecionamento do papel do Estado na economia (‘estado mínimo’), a partir dos anos 1980, e a falta de recursos e prioridade para viabilizar o projeto, bem como, a correlação de forças dos diversos segmentos produtivos com penetração no Estado e poder de decidir sobre o direcionamento dos investimentos. Esse período é marcado, portanto, por *ações pontuais*.

Mesmo as políticas elaboradas nesse período, voltadas para a dinâmica industrial, inovativa e de comércio exterior, pouca atenção davam ao território enquanto *locus* de inovação, produção e de influência regional. Ainda, as políticas voltavam sua ênfase para o agronegócio, as exportações de *commodities* com a expansão da fronteira agrícola e a abertura

²⁷ Esta década é marcada pelo forte processo de privatização do Estado – era de Fernando Henrique Cardoso.

²⁸ Para uma discussão sobre as ações do programa para o Nordeste ver Arruda (2010).

²⁹ Embora o autor não faça referência, destaca-se aqui o conceito de homogeneização social de Celso Furtado. Para Furtado (1992, p. 38), a busca pela “homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada às necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais”. Nesses campos, os potenciais de dinamização dos processos inovativos e de mudanças estruturais, em Suape (PE) e no Nordeste, são enormes. Esse, portanto, deve ser um dos eixos das políticas públicas e de inovação socialmente inclusiva – a busca pela equidade social, equidade no acesso às oportunidades de desenvolvimento.

de mercados, principalmente nas economias emergentes. Isso em um contexto de forte pressão sobre certos ramos de industriais locais, por parte da concorrência da indústria chinesa.

4. SUAPE ENQUANTO TERRITÓRIO DE PRODUÇÃO E INOVAÇÃO (2000-2010)

Até aqui, foram discutidas, em linhas gerais, duas fases que marcam a trajetória de Suape e do seu entorno. O segundo período está inserido no contexto da Ditadura Militar e vai até o início dos anos 2000, quando termina o sistema de cotas de produção e ocorre a extinção do IAA. No plano internacional, esse período corresponde à fase de expansão do quarto ciclo de Kondratiev, seguido de crises parciais nos países desenvolvidos, destacando-se as chamadas crises do petróleo de 1973 e a de 1979, quando governos de orientação neoliberal assumem o comando das maiores economias do mundo, como a Inglaterra e nos Estados Unidos.

O Nordeste sofre a onda industrializante dos distritos industriais, a qual terminou redundando na transferência de recursos para a modernização do parque industrial das matrizes instaladas majoritariamente no Sudeste, representando uma integração produtiva dependente e reforçando o hiato tecnológico e as disparidades econômicas e sociais inter-regionais.

A agroindústria canavieira, principalmente em Pernambuco, sofre um impulso com o Proálcool, criado pelo Governo Militar para fazer face à crise do petróleo. Essa agroindústria continuará hegemonizando a economia de Pernambuco até a chamada crise e reestruturação da economia sucroalcooleira, no início dos anos 1990. Então, quando se consolida o deslocamento da produção sucroalcooleira para o Sudeste e para a sua fronteira agrícola em detrimento da produção de Pernambuco, está emergindo a onda larga do quinto Kondratiev. Então, o País sofre os efeitos de uma profunda crise econômica e social também agravada pela redução do Estado e a desativação de sua face provedora e das políticas sociais.

O contexto que se inicia nos primeiros anos da década de 2000, é marcado por mudanças políticas e com elas as possibilidades de se retomar a adoção e o planejamento de medidas para reduzir as distâncias que separam o País daquelas economias que estão na dianteira do avanço tecnológico global, considerado imprescindível, por sua vez, para garantir alternativas à crise global e ao próprio subdesenvolvimento.

Nesse cenário, o Território de Suape passa a ser parte da estratégia da política do governo de redução de vulnerabilidades nacionais quanto à dependência externa na área de petróleo e derivados, ao mesmo tempo, das decisões governamentais de descentralização de investimentos e capacitações ligadas ao petróleo, gás e naval.

Suape, portanto, passa a ser objeto das ações contidas nos planos e programas, marcados pela retomada da discussão em torno das políticas públicas de inovação e produção no Brasil. A indústria petroleira e suas atividades correlatas passam a dar o tom da dinâmica do Território Suape se insere dentro de uma estratégia nacional voltada para a indústria de energia, especificamente, petróleo. Tal estratégia faz parte da problemática energética posta que está relacionada a vulnerabilidades externas e a busca da autossuficiência da produção e refino de petróleo.

Esse Território, então, que já havia recebido uma série de investimentos, mesmo antes das descobertas do Pré-sal, se consolida como um Território prioritário das políticas produtivas e inovativas por parte do Governo Central. Portanto, em meio ao conjunto de políticas em curso, a consolidação em Suape é enfatizada, dotando-o de uma infraestrutura

portuária, de uma zona industrial e de um complexo de serviços e logístico. Conforme observado, com 13,5 mil hectares que estão distribuídos no Território de Suape cinco áreas ou zonas: Portuária, Industrial, Administrativa, Preservação Ecológica (com 59% de área de proteção) e Cultural (SUAPE, 2007).

Em 2004, além das obras referentes à infraestrutura portuária gestada e dos demais investimentos produtivos, tem-se a construção do Centro de Treinamento, objetivando formar e qualificar os trabalhadores e moradores do Território (SUAPE, 2012).

Um dos marcos dessa estratégia e do conjunto de investimentos estruturantes foi o anúncio da instalação da Refinaria do Nordeste, cuja pedra fundamental foi lançada em 2005, e que tem uma destacada participação da Petrobras. Foi nesse ano também, enquanto parte dos projetos estruturadores para o Território de Suape, que foi anunciada a instalação do Estaleiro Atlântico Sul³⁰. Somam-se a esses empreendimentos a Petroquímica de Suape³¹ e a Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (CITEPE) (SUAPE, 2012).

Além da localização estratégica em termos geográficos e da infraestrutura avançada e eficiente construída em Suape, entre outros fatores de atração de investimentos, os diversos ramos de atividades desenvolvidos têm sido atraídos, também, pelo conjunto de incentivos fiscais oferecidos pelos três níveis de governo. O governo federal oferece dedução de até 75% dos impostos federais, via SUDENE/FNE (Fundo Constitucional do Nordeste), nos caso dos municípios e do estado de Pernambuco, as deduções são de até 50% (SUAPE, 2012).

Além dos incentivos fiscais oferecidos às empresas, observa-se a atuação de um conjunto de instituições/organizações públicas no fomento ao financiamento junto ao território, destacando-se o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ainda, observa-se a atuação dos governos federal e estadual, via ministérios e secretarias.

Somada a essas instituições, destaca-se a presença da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), que está associada Confederação Nacional da Indústria (CNI), atuando na promoção do desenvolvimento da indústria no Estado. A FIEPE coordena as ações de outras entidades do sistema FIEPE, quais sejam: o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Centro das Indústrias de Pernambuco (CIEPE).

Na figura abaixo, busca-se apresentar o conjunto de atores que estão presentes e que atuam no Território de Suape, *i.e.*, o conjunto de atores que participa do processo de interação e formulação de políticas para o desenvolvimento do Território de Suape-PE e voltadas para IPGN e *offshore*.

Por meio da análise do Território de Suape, podem ser percebidas as instituições que estão presentes e outras instituições que não estão presentes fisicamente, mas que tem atuação em Suape e no entorno. Nesse sentido, destacam-se as seguintes instituições/organizações: Petrobras, associações de empresas, prefeituras, institutos de pesquisa e formação profissional, administração portuária e alfandegária, sindicatos, e outras. Estas estão presentes nos municípios que formam o Território convencionado.

Do ponto de vista da atuação institucional e do que se compreende como território de produção e inovação e de ações de políticas, a lógica de Suape vai além do território estratégico, abarcando um número significativo de instituições, o que pode ser chamando de “território cognitivo”. Esse abrange a área metropolitana de Recife (instituições de ensino e pesquisa, estadual e federal; órgãos do governo estadual e federal; e outras); além de envolver outros estados: Alagoas, Ceará, Paraíba e Piauí, diretamente; e, de forma indireta, os demais estados do Nordeste, bem como, das demais regiões, já que cabe a Petrobras o comando e a liderança tecnológica da grande maioria das atividades produtivas e inovativas no campo do

³⁰ Para maiores informações ver: <<http://www.estaleiroatlanticosul.com.br/>>.

³¹ Disponível em: <<http://www.petroquimicasuape.com.br/>>.

petróleo, no âmbito nacional. Dessa forma, cabe a esta empresa promover os elos em termos de dinamização de contínuo processo de aprendizado, inovação e capacitações tecnológicas entre o Sistema Nacional de Inovação e os sistemas locais.

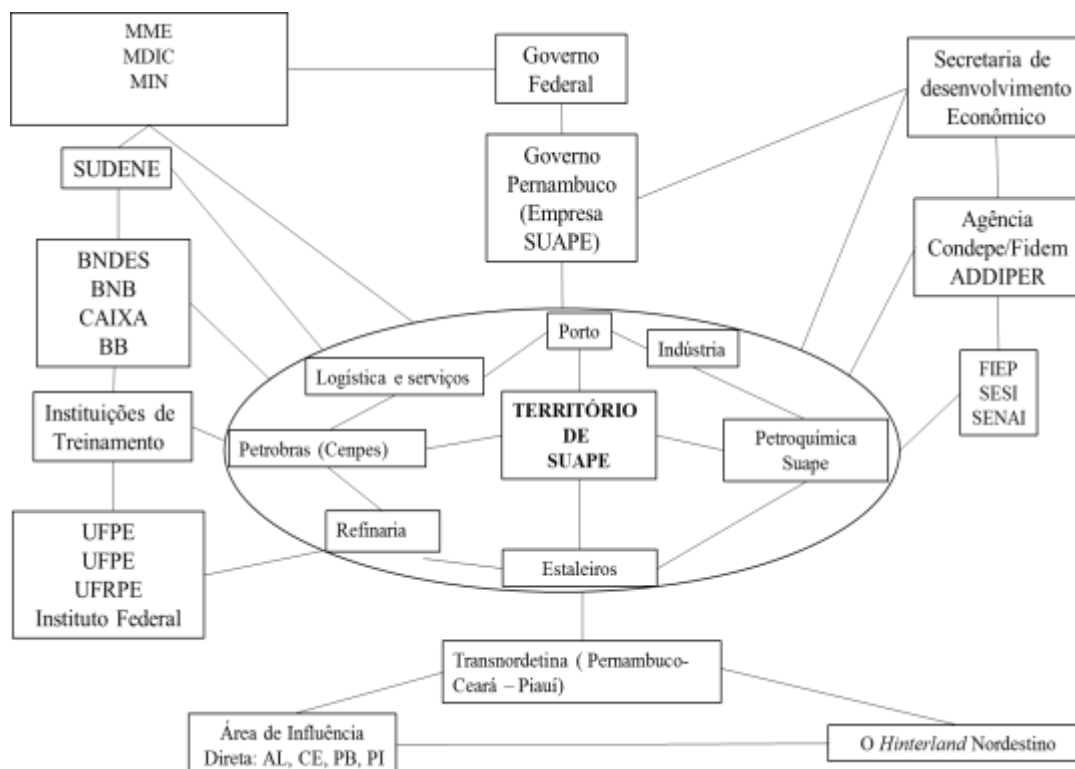


Figura 2 - Interação Institucional/Organizacional no Território de Suape.

Fonte: Elaboração própria. A partir de Santos (2012), Suape (2012), Suape (2007), PAC (2010), PNLT (2006).

Nota: esse esboço reflete as pesquisa de campo realizada em Pernambuco.

Observa-se forte concentração das atividades de pesquisa e outras atividades decisórias na Petrobras no Estado do Rio de Janeiro. Com sede nesse Estado, a empresa tem forte ligação com o BNDES (Rio de Janeiro) em decisões importante com relação aos investimentos. No Rio de Janeiro está localizado, também, o Centro de Pesquisas Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES), responsável pela parte técnica-científica e de pesquisa da Petrobras.

O projeto faz parte da frente de expansão da Petrobras. Adicionam a esta, as organizações voltadas para a indústria do Petróleo: Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), o Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustível (IBP), entre outras. Isto é, Suape está ligado a uma decisão estratégia do *governo* brasileiro. Portanto, a atuação da Petrobras, principalmente no que diz respeito à pesquisa de CT&I, não foge a regra nacional, caracterizada pela concentração dessa atividade no Sudeste do Brasil em todas as áreas. Essa capacidade, instalada no Sudeste do Brasil, tende a incorporar muitas atividades em CT&I que os empreendimentos de Suape deverão demandar nos próximos anos.

Do ponto de vista da infraestrutura destacam a inserção de Suape no Programa de Aceleração do Crescimento, na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio (MIDIC), no Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT), do Ministério dos Transportes. Portanto, a infraestrutura portuária foi amplamente beneficiada com investimentos públicos privados para dar conta de uma enorme demanda. Foi construído o píer de granéis, e iniciada a construção do porto interno. Além disso, foi passada para empresa *Tecon Suape* o arrendamento de dois pontos para atracar navios (cais). Somam-se a isso, as obras internas ao porto, a criação de uma infraestrutura de

estradas com implementação e duplicação dos acessos, além da criação de uma estrutura administrativa: a Central de Operações Portuárias (SUAPE, 2012)³².

Box 1: A Mata Sul de Pernambuco no contexto das políticas para petróleo, gás e naval em Suape.

Parte da Mata Sul Pernambucana (área de usinas e engenhos e que faz parte do entorno de Suape) configura-se como área de assentamentos da Reforma Agrária e de economia diversificada tendo como base a agricultura familiar. Desde o início da década de 1990 vem sendo alvo de investimentos e tem sofrido os impactos das políticas para Suape. Esse Território de predominância agrícola, ainda tem como destaque a produção da cana de açúcar e derivados (açúcar, álcool, melão e aguardente), além da utilização do bagaço da cana como fonte de energia. O Território vem passando por um processo de baixo dinamismo econômico quando comparado com outros produtores de açúcar e álcool (exemplo de São Paulo) em decorrência das disparidades tecnológicas. Além dessas atividades derivadas da cana de açúcar, destacam-se nesse Território produção de fruticultura, hortifruticultura, avicultura, horticultura, indústria sucroalcooleira, e o turismo. O Território Estratégico de Suape, convencionado pelo Governo como prioridade de investimentos públicos e privados, em função principalmente dos impactos diretos na escala territorial de entorno, abarca alguns municípios que fazem parte da Mata Sul (Escada, Ribeirão, Sirinhaém, Moreno, Rio formoso) (CONDEPE/FIDEM *apud* BRASIL, 2008).

O principal foco de ocupação territorial é a usina Catende que abrange quase uma dezena de municípios dessa região da Mata Sul, sendo que a sua massa falida e a sua área agrícola passa a ser controlada pela organização dos trabalhadores e a constituição de uma empresa cooperativa de cunho autogestionário. Esta nasce com vocação do ser o primeiro empreendimento governado pelos trabalhadores rurais do País. Por decisão política e devido à territorialização dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais, constitui-se no entorno de Suape o Território Rural da Mata Sul de Pernambuco, considerado pelos governos federais e locais território de cidadania e identidade. Quando Suape se torna um território numa sub-região da Mata Sul, esse território de cidadania e identidade já tem se tornado uma área de expressivos investimentos públicos, buscando transformar aquela região numa ampla e expressiva economia pautada na agricultura diversificada e de base familiar, com uma pauta de produtos demandados, sobretudo, pela Região Metropolitana de Recife. Também neste momento de constituição do Território de Suape em endereço de grandes investimentos industriais e portuários todo o entorno litorâneo deste território e da Mata sul que vai de Jaboatão do Guararapes à fronteira de Alagoas, já era considerado o principal cartão postal da indústria de turismo de Pernambuco, instalando-se, em toda essa franja litorânea significativos complexos turísticos e infraestrutura logística e de transporte, posteriormente disputada e ampliada pelos investimentos públicos e privados de Suape.

Se anteriormente era a economia das áreas de assentamentos e da agricultura familiar o principal foco inversões públicas e privadas, estes ocorrem após e durante a transformação de toda faixa litorânea da Mata Sul, na principal área de territorialização dos capitais públicos e privados voltados para o incremento e expansão da indústria do turismo. Tem-se aqui uma trajetória de mais de 20 anos de investimentos neste setor. Estes investimentos turísticos, notadamente, estavam baseados nos estudos da SUDENE, e que, naquele momento de crise cíclica apontavam três vocações para a Região Nordeste: a mineração, a agricultura irrigada e o turismo. Neste caso a indústria turística naquele território se beneficia da reconhecida beleza natural com seus nichos de mata atlântica e santuários ecológicos e também sítios históricos e arqueológicos de reconhecida importância cultural e científica. Dito isto, pode-se afirmar que a região da Mata Sul de Pernambuco pelo menos nos últimos 30 anos tornou-se um complexo de espaços de territorialização de investimentos públicos e privados com diferentes vocações econômicas. No entanto, Suape passa a ser seu porto indústria, mostrando vocação de alavancar a dinâmica de todo o conjunto independente de outros territórios de identidade e com outras vocações econômicas, haja vista que lhe falta uma política de integração regional (Entrevista com ativista dos movimentos sociais).

Fonte: Elaborado com base em: CONDEPE/FIDEM, 2013; BRASIL, 2008; Entrevista_1, 2014.

³² Ainda, a estrutura portuária, em termos de novos investimentos, passa a contar com o porto interno e três cais, um porto externo com dois píeres de granéis líquidos e cais de múltiplos usos com dois braços de atracação. As vantagens competitivas do Porto de Suape (porto concentrado de cargas – *Hub Port*) colocaram-no na dianteira dos investimentos recentes, em termos de infraestrutura portuária no Brasil. Tais vantagens são refletidas: na profundidade do porto interno (15,5 metros de profundidade); na profundidade do porto externo (de 15,5 a 20 metros, gerada pela natureza sem intervenção humana); no assoreamento mínimo; na localização a 07 dias da costa leste dos EUA e 09 de Rotterdam (grandes rotas comerciais do mundo, além de interligar cerca de 160 portos no mundo); na distância de 1,2 km do cordão dos arrecifes com quebra mar natural formado por estes; na proximidade da Região Metropolitana de Recife, e outros (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2013). Somam-se a isso, o fato de Suape encontrar-se num ponto privilegiado do Nordeste, constituindo num centro logístico da Região: no raio de 300 km do território estão: 03 capitais, 02 aeroportos internacionais, 03 regionais, 12 milhões de pessoas e mais que 35% do PIB da Região; já no raio de 800 km têm-se: 07 capitais, 05 aeroportos internacionais, 05 portos internacionais, 34 milhões de pessoas e 90% do produto da região (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2013).

A figura 4, exibida abaixo, sintetiza os investimentos realizados ao longo das duas décadas passadas, e mostra, de forma expressiva, o montante de recursos destinado para Suape. Essa figura expõe os recursos dentro das ações do PAC e por meio dos bancos públicos.

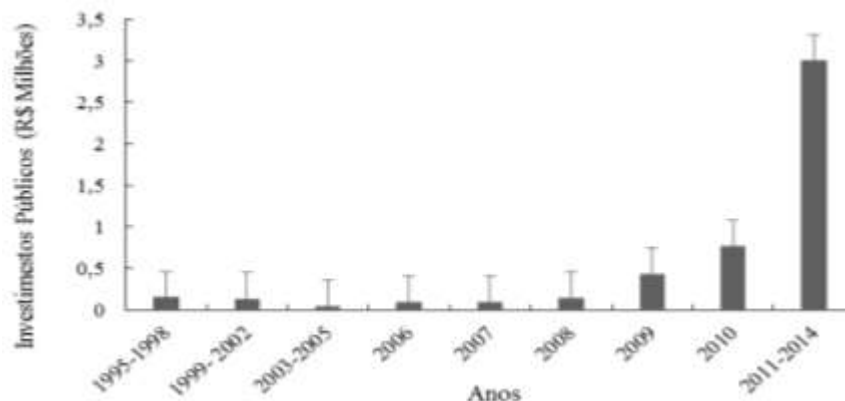


Figura 3 - Investimentos Públicos no Território de Suape.

Fonte: BRASIL/PAC, 2007-2010; Governo de Pernambuco, 2013.

Assim, como parte desses investimentos, como será visto mais abaixo, destacam-se os empreendimentos e projetos estruturadores que fazem parte da dinâmica produtiva.

Tabela 1 – Grandes Investimentos e Projetos Estruturantes no Território de Suape e seu Entorno.

| Empresa | Atividade | Área (HA) | Investimentos (US\$ Milhões) | Empregos na Construção (*) | Empregos na Operação (*) | |
|--------------------------------|-----------------------|-----------|------------------------------|----------------------------|--------------------------|----------------|
| | | | | | Diretos | Indiretos |
| Petrobras/PDVSA* | Refinaria de Petróleo | 630,0 | 18,20** | 15.000 | 1.500 | 130.000 |
| Petroquímica Suape | Fábrica de PTA | 16,0 | 6,0 | 30.000 | 1.500 | 16.900 |
| CITEPE | Fábrica de Poy | 39,0 | 3,2 | 6.500 | 1.000 | 26.000 |
| Estaleiro Atlântico Sul | Estaleiro | 156,0 | 3,3 | 2.000 | 15.700 | 25.000 |
| Total | | | 30,7 | 53.500 | 19.700 | 197.900 |

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM, 2011.

*PDVSA - Empresa estatal Petróleos de Venezuela S.A. Segundo a Presidente da Petrobras, Graça Foster, a Petrobras está assumindo os investimentos da RNEST. A empresa aguarda, ainda, posicionamento da empresa venezuelana que a princípio seria sócia da Petrobras com 40% dos investimentos.

** Dados dos investimentos na refinaria em 2013, US\$ 18,2 bilhões (FOSTER, 2013).

Segundo a empresa que administra o Território, são mais de 100 empresas instaladas, gerando 25 mil empregos diretos e outros 50 mil empregos em fase de implantação. Em 2009, tem-se a criação de mais de 46 mil empregos novos (BRASIL-PAC, 2010). A questão preocupante frente a esse número expressivo de empregos gerados na construção das obras de infraestruturas é que, passada esta fase, haverá necessidades de superação de enormes passivos ambientais e sociais.

4.1. O PERFIL DAS EMPRESAS, A MUDANÇA DO PERFIL DA ESTRUTURA PRODUTIVA E A LÓGICA SISTÊMICA

Observa-se, em Suape³³, a penetração de um conjunto de empresas modernas ligadas aos mais diversos ramos de atividades produtivas, quando antes, o que existia, eram empresas de pequeno e médio porte para distribuição e comercialização de *commodities*, além daquelas voltadas para prestação de serviços nas áreas de petróleo e gás (como as de distribuição e comercialização e combustíveis e gás), somadas a empresas de transporte, material elétricos, metalurgia, química têxtil e outras. Portanto, assiste-se a uma redefinição na base produtiva de do Território de Suape e seu entorno, porque não dizer de Pernambuco e região.

Tabela 2 - Suape: Evolução dos Estabelecimentos, Atividades Principais, Investimentos e Empregos.

| Ano | Nº Estabelecimentos | Principais Gêneros de Atividades | Investimentos (US\$ milhões) | Empregos Diretos |
|------|---------------------|---|------------------------------|------------------|
| 1992 | 38 | Não metálico, material elétrico, metalurgia, transporte, serviços, borracha, química, têxtil, e outros. | 518,0 | 6171 |
| 2008 | 81 | Terminal de contêineres, Terminal de fluidos, Polo de alimentos, produtos cerâmicos, cimentos, etc. | 2.180,00* | 6600 |

Fonte: Silva (1992); Suape (2007).

* valor estimado.

Na tabela 2 é apontado o perfil das empresas e dos investimentos em dois momentos. Para esses anos analisados, o crescimento no número de estabelecimentos foi de mais de 50%. Além das atividades antes existentes, observa-se a incorporação de outras, ligadas, principalmente, a estrutura portuária e logística. Os investimentos privados tiveram um aumento de mais de três vezes, em relação a 1992. Do outro lado, a média os empregos diretos gerados por essa estrutura produtiva ficou basicamente estável, com crescimento de 7%.

Somado ao conjunto de empresas existentes, em 2007, Suape apresentava um série de empreendimentos que foram implementados ou estavam em fase de implementação naquele ano, destacando-se os ramos de atividades ligadas à moagem de trigo, alimentos e bebidas, metalmeccânico, embalagens plásticas, higiene pessoal, terminal de contêineres, geradores eólicos, e outros (SUAPE, 2007).

Ainda, como parte dos investimentos realizados nesse período, destaca-se um conjunto de empresas que foram implementadas, acentuando-se o controle acionário das mesmas.

³³ Acima se está a falar dos investimentos industriais que define o Território de Suape. Agora, na região de entorno, existem outros projetos de desenvolvimento voltados para a vocação natural do território. Anteriormente, quando da dissertação sobre a evolução de Suape e seu entorno, verificaram-se outros investimentos e vocações econômicas. Os exemplos são os polos turísticos de Porto de Galinhas e Gaibu, litoral sul de Pernambuco; além dos sítios históricos e patrimônio arqueológico, os engenhos enquanto memória (Massagana, por exemplo). O turismo representa investimentos de mais de 30 anos, fruto das políticas do PRODETUR. Esse vai desde o litoral sul passando por Recife e Olinda (e seus monumentos históricos). As políticas para Suape, de certa forma, representam ameaças a esses arranjos turísticos. No caso do litoral sul, pode estar havendo uma redefinição econômica: de um turismo de lazer para um turismo de negócios. Aqui, é importante observar o papel dos governos municipais: como os municípios estão sendo integrados em níveis que não de sofram, sem buscar alternativas aos impactos sociais, ambientais, e econômicos. As prefeituras participam da governança do Território, mas o papel que lhes cabe nos processos decisórios ainda é bastante fluido. As prefeituras reclamam que só sofrem demandas, e não estão dotadas nem de condições técnicas e nem de apoio para respondê-la.

Conforme o relatório do PAC, das dezesseis empresas selecionadas, a composição do capital acionário se dá como segue abaixo.

| Empresas | Controle Acionário | Segmentos |
|---|---------------------------|------------------|
| Refinaria do Nordeste | Brasileiro | Petróleo |
| Bunge Alimentos (moinho) | Holandês | Alimentação |
| Impsa Wind Power (Geradores Eólicos) | Argentino | Energia |
| Estaleiro Atlântico Sul | Brasileiro | Naval |
| Fasal (Grupo Usiminas - Estruturas Metálicas) | Brasileiro | Metalmecânica |
| Usina Termoelétrica | Brasileiro | Energia |
| Petroquímica Suape (PTA, PET, POY) | Brasileiro | Petroquímica |
| RM Eólica (Grupo Gonvarri) | Espanhol | Energia |
| Campari (bebidas) | Italiano | Alimentação |
| Urbano Agroindustrial | Brasileiro | Alimentação |
| Suata Log | Brasileiro | Logística |
| Brasalpla (Grupo Alpla) | Alemão | Embalagens |
| Transportadora Cometa | Brasileiro | Logística |
| Arclima fabricante de equipamentos | Brasileiro | Metalmecânica |
| Multifarinhas do Brasil | Brasileiro | Alimentação |

Quadro 1 - Empresas Base da Ocupação do Território de Suape e o Controle Acionário, Destacadas pelo PAC, 2010.

Fonte: Brasil, 2010. Elaborado a partir do relatório do PAC.

Nota 1: segundo a Agência CONDEPE/FIDEM, até agosto de 2011 a empresa estatal de Petróleo da Venezuela não havia feito aporte financeiro.

Nota 2: Vale salientar que estão presentes atualmente em Suape mais de 100 empresas. Procurar-se-á aprofundar essa discussão, buscando observar essas informações para o conjunto de empresas do território.

Das dezesseis empresas, dez, são de capital nacional. Entre elas está a Refinaria do Nordeste. As empresas brasileiras atuam em diversos ramos, desde alimentação, petroquímica, logística, metalmecânica, entre outras. Quanto às empresas de controle acionário estrangeiro, destacam-se pela diversidade de origem do capital, e atuando em diversos ramos de atividades: alimentação, energia, embalagens. Pelo número de empresas, apresentado no quadro acima, predomina o capital nacional. O destaque maior pode ser dado às empresas de energia, por serem as duas de energia eólica, e, de certa forma, por abraçar tecnologias portadoras de futuro: embora não sejam de capital nacional, instalaram-se na região Nordeste, que se apresenta com grande potencial. Essas e as outras empresas dirigem-se para Suape com interesses semelhantes: aproveitar as oportunidades lucrativas e decorrentes de um ambiente favorável a sua instalação, além dos incentivos financeiros e fiscais.

Até então, se colocou a evolução das empresas, no sentido geral. Entretanto, pode-se colocar que a instalação de Suape se dá no momento global da quinta onda longa de progresso técnico. Nesse sentido, Suape pode estar reproduzindo o hiato tecnológico entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, em função de níveis de produtividade diferentes. No entanto, no contexto do Nordeste, de forma geral, representam inovações tecnológicas que colocam a economia local/regional em outros patamares tecnológicos e ganhando ramos produtivos novos. Entre eles, as empresas dos arranjos e sistemas produtivos locais no País de petróleo, gás natural, naval e *offshore*. Liderado pela Petrobras, essas empresas, além de equipararem-se em termos de qualidade e produtividade com a suas concorrentes no mercado global, representam avanços tecnológicos de conteúdo nacional em termos de exploração da matéria prima em águas profundas.

Este fato assume relevância estratégica com a descoberta das jazidas do Pré-Sal. As empresas estruturantes do desenvolvimento industrial naquele território são, portanto, responsáveis por uma mudança da estrutura produtiva do Estado de Pernambuco, não só pelos vultosos investimentos e de temporalidade de longo prazo, mas também por atrair em seu entorno a instalação de dezenas de empresas com certo conteúdo tecnológico, incluindo aquelas firmas enraizadas na vocação econômica e tecnológica local herdada da economia sucroalcooleira, e que perdeu a sua dinâmica e importância para o Sudeste do País: a indústria metalmeccânica.

A partir do momento em que se instala a Petrobras, a petroquímica Suape e um grupo de estaleiros, há uma mudança na dinâmica de Suape, não somente porque essas empresas se orientam por um processo contínuo de aprendizado e incorporação de inovações tecnológicas, gerando continuamente capacitações para poderem competir no mercado global com a qualidade e competitividade requerida. Mas, também porque as empresas, ali instaladas, abraçam a ideia, e estão perfiladas para mobilizar de esforços para ampliação de conteúdo nacional da oferta de bens e serviços, o que representa um desafio para a indústria nacional e local.

Nesse esforço, tais empresas-âncora estão sendo capazes de induzirem no seu entorno dezenas de empresas produtoras de bens e serviços, também com a mesma vocação de desenvolvimento contínuo do seu conteúdo tecnológico e no qual se evita a mera difusão e consumo dos produtos das técnicas em favor do desenvolvimento de novas tecnologias, reduzindo as possibilidades de reforço à reprodução das estruturas econômicas e sociais díspares que caracterizam o subdesenvolvimento em diferentes escalas territoriais.

Essa nova dinâmica sofrida pelo território faz com que a economia local e de sua região de entorno possa se mirar, se não se equiparar, no futuro, aos patamares tecnológicos do novo paradigma tecnoeconômico das TICs. Não porque suas firmas, para permanecerem no mercado, teriam que realizar uma adaptação passiva, ou mesmo ativa, ao novo paradigma. Mas, porque, em todos os aspectos e escalas, a ciência, a tecnologia e as capacitações construídas e que tornaram possível a exploração da camada do Pré-Sal (águas ultra profundas) são portadoras de futuro.

Do ponto de vista estratégico, a instalação desse sistema de inovação local coordenado em termos de aprendizado e inovação tecnológica pela Petrobras e o PROMINP, traz em si, a necessidade de mobilização e reorientação de todo um sistema local de inovação e de C&T, que abrange vastos ramos de produção científica e tecnológica de Pernambuco e dos estados vizinhos. Sem isso não se terá, provavelmente, as pré-condições essenciais para superação do subdesenvolvimento e de suas mazelas sociais.

Suape faz parte dos cinco arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais do PROMINP³⁴, em parceria com Petrobras e o BNDES, principais instituições executoras das políticas. Cada um deles, estrategicamente, definiu a sua vocação econômica, com base no contexto local, suas trajetórias e capacitações herdadas. Pernambuco, por exemplo, e como já se viu, definiu-se pelo ramo metalmeccânico, aproveitando a tradição tecnológica desse ramo legada pela economia sucroalcooleira. Definiu-se, então, o eixo de endogeneização a partir da cultura local e de seus aprendizados e conhecimento acumulados.

A incorporação de novas alternativas tecnológicas contemporâneas e derivadas do novo paradigma das TICs torna-se a orientação de uma curva de aprendizado para esse ramo. Outras possibilidades estão sendo gestadas, no próprio Território de Suape, como a instalação de indústrias, como as de torres e equipamentos para produção de energia eólica. Também,

³⁴ O PROMINP busca descentralizar os investimentos no Brasil, promovendo 05 (cinco) arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais voltados para as atividades de petróleo, gás e naval: São Roque (BA); Rio Grande – São José do Norte (RS); Ipatinga – Vale do Aço (MG), o ASPIL de petróleo de Ipojuca–Suape Global/PE e Itaboraí – Conleste (RJ).

como o complexo automobilístico da Fiat³⁵ que, pela sua magnitude, teve que se instalar em outro ponto geográfico do Estado e que completa o conjunto dos arranjos de empresas do paradigma de produção em massa, no contexto da Revolução Tecnológica das TICs.

Arrisca-se, aqui, o pressuposto, contido em seus documentos oficiais, que Suape, em termos regionais (Nordeste), constitui-se como um dos arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais, que está sendo implantado como um modelo, uma experiência que propiciará ferramentas para muitas discussões. Como já disse Celso Furtado, que desperta a criatividade e a coragem de arriscar.

Nessa condição, ele pode induzir o surgimento de outros arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais, levando-se em consideração o traçado da Transnordestina e das rodovias duplicadas e melhoradas, da melhoria da infraestrutura portuária e do próprio traçado da transposição do São Francisco. Faz parte dessa visão estratégica os grandes investimentos que estão em curso com a instalação do complexo industrial de Pecém no Ceará, o Polo de Pesquisa, Prospecção e Exploração Mineral e do Agronegócio do Sul do Piauí, que forma um *continuum* com o Sul do Maranhão e parte do Noroeste da Bahia.

Ainda, o complexo industrial portuário de Itaqui no Maranhão, para chamar a atenção da onda de investimentos produtivos e de infraestrutura que se estende naquele estado para além do agronegócio. Todo esse mapa de incremento do desenvolvimento regional com foco territorial em escalas sub-regionais e locais já vem ocorrendo, é algo concreto, com perspectivas de assumir uma dimensão muito mais ampla, em termos de novos e futuros investimentos no contexto do Pré-sal.

A esse contexto pode ser associado, também, o projeto de integração dos países sul-americanos, orquestrada pelo projeto do MERCOSUL, de forma que a Região Nordeste e Norte do Brasil possam ser um eixo de integração pelas via da Venezuela, seguindo a Cordilheira dos ANDES. Não é à toa que estrategicamente, além da RNEST (que a princípio teria a parceria da Venezuela), estão implantadas mais duas refinarias que se localizam no Maranhão e no Ceará. Com isto, integram-se também as atividades de exploração de petróleo e gás e outras realizadas pela Petrobras na região Nordeste, localizadas atualmente no Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas, além de Sergipe e da Bahia.

Pode ser incorporada nesta rota de desenvolvimento e integração regional a Amazônia brasileira e o Nordeste meridional. Salientando-se que, Manaus é uma das refinarias implantadas no contexto de descentralização dos investimentos em petróleo e gás, e de seus fornecedores, visando por este lado à superação das disparidades econômicas e sociais do território nacional. Numa visão *sistêmica*, essa política pode ser levada em consideração em função de seu eixo estratégico girar em torno do problema energético, que é o fator-chave da dinâmica da economia capitalista nos contextos dos paradigmas de produção em massa e das TICs. No Brasil, e, principalmente no Nordeste, a oportunidade está lançada, o seu aproveitamento em favor da superação do subdesenvolvimento dependerá mais uma vez da política.

³⁵ Esta empresa, segundo consta, instalará no Nordeste todo um centro de criação e desenvolvimento de competência e capacitações locais em termos bens intangíveis, podendo, dessa forma, incrementar a difusão de novas tecnologias e aprendizados (e que tem forte relação com metalmecânica), e não, como no passado, a mera difusão (e consumo) dos produtos das técnicas.

5. CONSIDERAÇÕES

O objetivo deste capítulo foi traçar a trajetória histórica de Suape e o entorno. A localização e a evolução de Suape foram apresentadas considerando a perspectiva de transição de uma estrutura produtiva agroindustrial para uma estrutura produtiva voltada para a indústria o petróleo e seus fornecedores. Foram considerados três grandes períodos que demarcam essa evolução, sendo que no terceiro se pôde falar da construção de um território (Território de Suape) enquanto um conceito que compreende a uma *decisão política focada no local*, mas do que isso, de afirmação de uma identidade sub-regional.

Nesse momento, se pode falar da constituição de um território (Território de Suape) enquanto um conceito que compreende a uma *decisão política focada no local*, no território, além de afirmação de uma identidade sub-regional; já que território é mais do que fruto de uma decisão política de investimentos públicos e privados focados numa determinada área. Até porque, como se verá mais adiante, o complexo industrial e portuário não foi instalado numa espécie de vazio geográfico. É importante ressaltar ainda, que, nesse momento, há uma redefinição da microrregião Mata Sul de Pernambuco em função da crise da economia sucroalcooleira e de lutas sociais de ocupação e conquista do território e pela reforma agrária. Somam-se também outras atividades econômicas já ali instaladas, como a do turismo e serviços.

Essa alavancagem da economia da Mata Sul e do Território de Suape, comandada pelo segmento industrial-portuário puxado pela indústria de petróleo, gás e naval e seus fornecedores, passa a ser o endereçamento de significativos investimentos, principalmente com a perspectiva do Pré-Sal e as políticas para fortalecimento da indústria do petróleo no Brasil. As políticas direcionadas para Suape têm como eixo estratégico o desenvolvimento de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais de petróleo e seus fornecedores para essa indústria. Assim, o Território de Suape e para o conjunto das economias da Mata Sul a indústria de petróleo, gás e naval passa a ser a alavanca do Estado de Pernambuco pelo dinamismo que tem sido capaz de imprimir e pela sua temporalidade de longo prazo

O Território torna-se parte da Região Metropolitana de Recife (RMR), e influi e recebe as influências dessa RMR, caracterizada, historicamente, por uma elevada dinâmica econômica, tanto no Estado e como na região Nordeste, principalmente, em comércio e serviços. Agora, Suape contribui para transformar a RMR numa região de redefinição econômica, graças ao novo dinamismo imprimido por investimentos de grande volume e de longo prazo (portanto, e por isso, requerendo a presença ativa do Estado), cujos impactos atravessam a própria fronteira do Estado de Pernambuco.

No âmbito local, que compreende a área industrial e portuária, *estrito sensu*, e os municípios contíguos, ou seja, que sofrem diretamente seus impactos, espera-se que, o desenvolvimento da indústria de PGN e *offshore* e seus fornecedores, seja capaz de territorializar os frutos do crescimento econômico que já acontece, para que se torne, de fato, desenvolvimento, no sentido de endogeneização de suas bases de criatividade e de produção tecnológica, científica e inovativa.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA CONDEPE / FIDEM - PERNAMBUCO. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas. **Plano Estratégico de Suape**. Pernambuco, PE, 2012. Disponível em: <<http://www2.CONDEPEFIDEM.pe.gov.br/web/CONDEPE-FIDEM#nogo>>. Acesso em: 22 maio de 2012.
- ALMEIDA, M. M. A. Ilha de Tatuoca: aspectos da influência de Suape sobre a vida e paisagem. Monografia. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 99 p. 2010.
- ANDRADE, M. C. Estado, Capital e Industrialização do Nordeste. Zahar, rio de Janeiro, 101p. 1981.
- ARAÚJO, T. B. Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, 1999.
- ARRUDA, D. R.; CORTEZ, L. MATOS, M. G. P. Arcabouço institucional e serviços de apoio aos sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais em diferentes estados do Brasil. **Nota Técnica**. Rio de Janeiro/RJ, 2011.
- ARRUDA, Danilo Raimundo de. **Quinze anos sem Política Regional: uma Análise dos Planos do Governo Federal para o Nordeste de 1994 a 2009**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, 2010.
- BRANDÃO, M. A. A regionalização da grande indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 70. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 4, 1985.
- BRASIL. Ministério da Casa Civil. Programa de Aceleração do Crescimento. **Relatório: Suape – complexo industrial portuário governador Eraldo Gueiros**. Brasília, 48 p.,
- BRITTO, A. **Porto de Suape, de elefante branco a polo industrial**. Folha de São Paulo, 2012. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/885296-porto-de-suape-de-elefante-branco-a-polo-industrial.shtml> > Acesso em: 21 de junho de 2012.
- CASSIOLATO, J. E. LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n.1, p.34-45, jan./mar., 2005.
- FREEMAN, C. The 'National System of Innovation' in historical perspective. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford University Press, v. 19, 5-24, 1995.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 26° ed. São Paulo: Companhia editora Nacional, [1959] 1997.
- GTDN. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. 2. Ed. Recife, 1959.
- GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.
- GUIMARÃES NETO, L. **Trajectoria Econômica de uma região periférica**. Estudos Avançados 11 (29), 1997.
- LIMA, Policarpo. Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas. **Análise Econômica**. p. 55-73. Ano 12; março e setembro/1994.
- LIMA, S. J. **Modernização Tardia e Desigual: O processo histórico de inovações tecnológicas na agricultura brasileira**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil. 1983
- MANTEGA, G. O Governo Geisel, o II PND e os Economistas. EAESP-FGV. Relatório de Pesquisa nº 3, 1997.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião**, 3ª ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 132p. 1981.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS). Relatório de Atividades 2007, 2008, 2010, 2011, 2013 Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/ri/Show.aspx?id_materia=cOZKR2JFNJAZ4IGRCZtBYw==> Acesso em 10 janeiro de 2014.
- REDESIST. Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em: 24 out. 2003.

- SANTOS, V. M. **Suape: um desafio para Pernambuco**. Instituto Humanista Unisinos, Entrevista, 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/>>. Acesso em: 10 de maio de 2012.
- SILVA, C. A. F. **O complexo industrial portuário de Suape enquanto instrumento de política territorial**. Cad. Est. Soc., Recife, v. 8, n. 2, p. 165-184, jul/dez., 1992.
- SILVA, L. I. L. Entrevista Instituto Lula, Revista 247, 29 de Set., 2014.
- SILVEIRA, S. J.C.; RATHMANN, R. **Uma breve análise do PAC tendo como base a retrospectiva dos planos econômicos dos governos militares no Brasil entre 1964 e 1985**. Estudos do CEPE, Nº 25 - Janeiro/Junho 2007.
- SODRÉ, N. W. Formação histórica do Brasil. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil AS, 1987.
- SUAPE. **Complexo Industrial Portuário**. Pernambuco, PE, 2012. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/>>. Acesso em: 21 de maio 2013.
- SUAPE. Complexo Industrial Portuário. **Relatório da Administração**. Pernambuco, PE, 2007. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/>>. Acesso em: 16 de maio 2012.
- SUDIC - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.sudic.gov.br/>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2013.